

A Formação de Plural em Itens Nominais na Fala de Maranhenses e de Sergipanos com Base em Dados Geolinguísticos

Cibelle Corrêa Béliche **ALVES**¹
Conceição de Maria de Araujo **RAMOS**²
José de Ribamar Mendes **BEZERRA**³

¹ Doutorado em Linguística pela Universidade de Brasília - UnB (2015). Professora Doutora Adjunta III na Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Contato: cibelle.beliche@ufma.br

² Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Alagoas - Ufal (1999). Professora Doutora Associada IV na Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Contato: cma.ramos@ufma.br

³ Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Alagoas - Ufal (2002). Professor Doutor Associado II na Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Contato: jose.mendes@ufma.br

Resumo:

A variação na formação do plural em itens nominais do português brasileiro (PB) configura-se como um exemplo daquilo que a tradição gramatical entende como um *desvio* da norma padrão, isso porque seu uso é focado como sendo de natureza obrigatória e, em geral, tende a ser associado à fala de pessoas mais escolarizadas e em um registro formal ou coloquial mais monitorado. Partindo dessa visão – a de que esse fenômeno é muito mais uma exigência social que linguística – este artigo busca, com base nos pressupostos da Dialectologia Pluridimensional e da Sociolinguística, investigar o fenômeno da concordância nominal na fala de maranhenses e de sergipanos, considerando as localidades que compõem a rede de pontos do *Atlas Linguístico do Maranhão* (ALiMA), para o estudo deste estado, e do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), para Sergipe. Com essa amostra representativa, foi possível fazer uma análise comparativa dos dados obtidos e observar a concordância nominal como um fenômeno com uma visível tendência à variação na formação do plural de itens terminados em ditongo oral, como *chapéu* e *degrau*, condicionado em grande medida por fatores de ordem diastrática.

Palavras-chave:

Concordância nominal. Português falado no Nordeste. Atlas linguístico.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 25, n. 1, p. 42-51, abr. 2022

Recebido em: 30/01/2022

Aceito em: 13/04/2022

A Formação de Plural em Itens Nominais na Fala de Maranhenses e de Sergipanos com Base em Dados Geolinguísticos

Cibelle Corrêa Béliche Alves; Conceição de Maria de Araujo Ramos;
José de Ribamar Mendes Bezerra

INTRODUÇÃO

É fato consabido que a concordância nominal de número na língua portuguesa é um mecanismo redundante, tendo em vista que se manifesta em todos os especificadores ou modificadores do nome passíveis de flexão, como, por exemplo, em os nossos chapéus amarelos. Entretanto, como vêm atestando várias pesquisas dialetais no Brasil, a aplicação da regra de concordância não se verifica no uso efetivo, em certas variedades do português brasileiro (PB), em que, normalmente, apenas um dos elementos componentes do sintagma nominal (SN), em geral a âncora da referência, isto é, o determinante, apresenta a marca de pluralidade.

Não podemos, contudo, perder de vista que, embora a não-aplicação da regra de concordância seja mais recorrente entre os falantes da variedade popular, com nível de escolaridade mais baixo, já se faz presente entre falantes com escolaridade universitária, como evidencia a Carta do Atlas Linguístico do Brasil M01E (CARDOSO *et al.*, 2014, p. 347). Estará, então, o PB caminhando em direção a um sistema menos redundante, em que caberá a um elemento pré-nuclear apresentar a única marca de pluralidade do SN?

Diante desse quadro, propomos, com este trabalho, analisar a aplicação da regra de concordância em itens nominais, mais particularmente em itens terminados em ditongo oral, no falar do Maranhão e de Sergipe, tendo como base os dados coletados para a elaboração do *Atlas Linguístico do Maranhão* (ALiMA) e do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), em 19 localidades distribuídas entre esses dois estados do Nordeste brasileiro. Objetivamos averiguar a aplicação da regra de concordância considerando a atuação de variáveis sociais.

1. A CONCORDÂNCIA EM NÚMERO NO SN: UMA BREVE SÍNTESE

É consenso entre estudiosos do PB que uma das principais diferenças entre o PB e o português europeu (PE), no domínio da morfossintaxe, é a simplificação, no PB, da morfologia nominal, com a perda de [-s] marcador de plural, na variedade popular, menos no Especificador.

Castilho (2010), por exemplo, ao tratar da história social e da mudança gramatical do (PB), ratifica essa ideia e, ao ampliar sua lente e focar a diversidade no interior do PB, mesmo reconhecendo que ainda não se dispõe de uma consolidação dos achados dos atlas regionais brasileiros e que muitos fenômenos se correlacionam mais com o fator diastrático do que com a diatopia, traz à tona novamente a questão da simplificação da concordância nominal, expressa apenas pelo determinante, como uma das características que diferencia o PB do Norte do PB do Sul. De acordo com o autor, o falar do Sul se caracteriza por apresentar marcas redundantes da concordância na fala culta, com menor número de marcas na fala popular. Nessa mesma linha, destaca a forte atuação do princípio da saliência fônica.

Ao sumarizar as principais características do PB popular e do PB culto, é novamente, de acordo com Castilho (2010), a simplificação da concordância nominal, expressa apenas pelo determinante, que assinala diferenças e que marca a variedade popular, embora o autor reconheça que não há uma oposição categórica entre essas variedades.

O caminho de volta, isto é, dos estudos mais recentes para os primeiros estudos do PB do ponto de vista dialetal, só para citar alguns exemplos, também nos leva a esse mesmo resultado. Amaral (1920), ao examinar o dialeto caipira, afirma que o *s* como *sinhal de pluralidade* desaparece nesse dialeto, sendo a pluralidade dos nomes indicada pelos *determinativos*. Nascentes (1953, p. 81), em *O linguajar carioca*, assinala que “A flexão numérica por meio de *s* desaparece de todo na classe inculta: *livro* (singular e plural)”. Marroquim (1996, p. 80), por sua vez, ao documentar a língua do Nordeste, mais precisamente de Alagoas e Pernambuco, destaca que “O número, no dialeto nordestino, é indicado apenas pelo determinativo”.

Em trabalho mais recente, Veado (1982, p. 57), em seu estudo sobre a microrregião Sanfranciscana de Januária, Minas Gerais, aponta que no dialeto rural dessa microrregião, no que diz respeito à concordância nominal, “[...] o sistema único existente é o da forma equivalente ao ‘não-padrão’”, como em *as menina*.

As evidências, considerando os estudos citados, a título de exemplo, apontam que marcação da concordância nominal no PB parece ser uma questão, de fato, diatrática, sendo a diatopia pouco relevante. Nesse sentido, esse fenômeno se situa no domínio das diferenças entre o PB e o PE que, de acordo com Mattos e Silva (2013, p. 151), são “[...] mais acentuadas quando se considera a variedade popular do PB e mais atenuadas quando se trata de falantes com alto grau de instrução que, em contextos altamente formais, procuram seguir a norma-padrão lusitanizante.”. Caberá, pois, aos atlas (o nacional e os estaduais) lançar mais luzes sobre essa questão.

2. METODOLOGIA

Como já sinalizado, é estigmatizado o fato de a marca de pluralidade não se estender ao núcleo nominal do SN e a seus adjuntos. Além disso, como visto, estudos vêm evidenciando que o fenômeno da variação da concordância nominal não se restringe a determinadas regiões do País, sendo, pois, condicionado por fatores linguísticos e sociais semelhantes.

Nesse sentido, realizamos este estudo sobre a variação registrada no processo de formação de plural em itens nominais, na fala de 84 informantes, aqui representada pelas localidades de Alto Parnaíba, Araióses, Bacabal, Balsas, Brejo, Carolina, Carutapera, Caxias, Codó, Imperatriz, Pinheiro, Raposa, São João dos Patos, São Luís (capital), Turiaçu e Tuntum, do estado do Maranhão e de Aracaju (capital), Estância e Propriá, do estado de Sergipe. Essas localidades situam-se na rede de pontos que integram o *Atlas Linguístico do Maranhão* (ALiMA) e o *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), respectivamente.

A seleção dos informantes segue os critérios do ALiMA e do ALiB: distribuídos, igualmente, em duas faixas etárias – faixa I, de 18 a 30 anos, e faixa II, de 50 a 65 anos – todos os informantes são naturais da localidade pesquisada, com nível de escolaridade fundamental. Somam-se a estes, informantes de nível universitário, nas capitais, justificado pela necessidade de aferirmos a influência da variável diatrática e verificarmos se há relação entre o aumento dos anos de escolarização e o índice de marca explícita de plural no SN, tal como evidenciado em pesquisas como a de Scherre (1998b, p. 445). Quanto ao *corpus*, consideramos as respostas dadas às questões de 10 a 20 do Questionário Morfossintático (QMS) do ALiB, que também foi aplicado pelo ALiMA. Essas questões nos permitem averiguar, mais especificadamente, a variação quanto ao plural dos substantivos.

Para a obtenção das respostas, foram apresentadas gravuras aos informantes e lhes foi solicitada a descrição do que viam nas imagens, que contemplam 11 itens nominais: *lápiz, anéis, aventais, pães, mãos, leões, degraus, flores, chapéus, anzóis e olhos*. Destes, optamos pela análise de *degrau* e *chapéu*, itens terminados em ditongo oral, dada a possibilidade de comparar com as Cartas Linguísticas – M01 e M01E – do *Atlas Linguístico do Brasil*, em seu volume 2 (CARDOSO *et al.*, 2014, p. 344-347), que trazem a descrição e análise da variação de *degrau* no PB, nas capitais, sob o enfoque pluridimensional.

Convém assinalar que, quando do processo de descrição, os informantes, de um modo geral, não empregaram o item nominal isolado (*degrau, chapéu*) e sim o inseriram em SNs formados, majoritariamente, por dois elementos – o item nominal em causa, na posição nuclear, e um elemento pré-nuclear, como adjunto. No caso dos elementos antepostos ao núcleo do SN, foi expressiva a ocorrência de numerais, fato esse motivado pela própria formulação da pergunta, uma vez que o inquiridor, buscando estimular o uso do plural, perguntava quantos itens havia nas gravuras.

Para este artigo, consideramos a variável processo de formação de plural, assim dividida: i) *padrão*, para ocorrências como *degraus*, *chapéus*; ii) *não-padrão*, para ocorrências como *degrais*, *chapéis*; e iii) *não-marcação*, para ocorrências com o zero morfológico, como *degrau* [Ø], *chapéu* [Ø]. Convém, contudo, destacar que, embora entendamos que a não-marcação é também uma variante não-padrão, decidimos tripartir a variável, o que nos possibilitou fazer a comparação com as Cartas Linguísticas do ALiB. A amostra analisada considerou, apenas para fins de registro, o número de 16 ocorrências de *respostas não-válidas*, obtidas nas seguintes situações: i) casos em que os falantes declaram não lembrar, no ato da descrição da gravura, a denominação do objeto alvo da questão; situação codificada como *Não Lembra* (N.L), e (ii) casos em que o falante nomeia o objeto de forma genérica como *andar*, em referência ao degrau da escada, situação essa codificada como resposta *Não Obtida* (N.O). Uma vez excluídas essas ocorrências, usamos o programa GoldVarbX para realizar a rodada geral da regra variável que contempla, também, os resultados estatísticos dos fatores – *localidade*, *faixa etária*, *sexo* e *escolaridade* –, de modo a verificar o efeito das variáveis sociais no uso da concordância nominal.

3. O DITONGO ORAL NO FALAR MARANHENSE E NO SERGIPANO: *DEGRAUS/DEGRAIS/DEGRAU*[Ø], *CHAPÉUS/CHAPÉIS/CHAPÉU*[Ø]

Como já explicitado na introdução, propomos apresentar a análise dos resultados gerais registrados sobre o fenômeno da concordância nominal e correlacioná-los com características sociais, principalmente no eixo diatópico, considerando as capitais e localidades do interior dos estados do Maranhão e Sergipe, e no eixo diastrático, aqui investigado pelo viés da escolaridade. Iniciamos, com a distribuição geral das ocorrências registradas na amostra levantada, conforme Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Frequência geral dos itens *degrau* e *chapéu*.

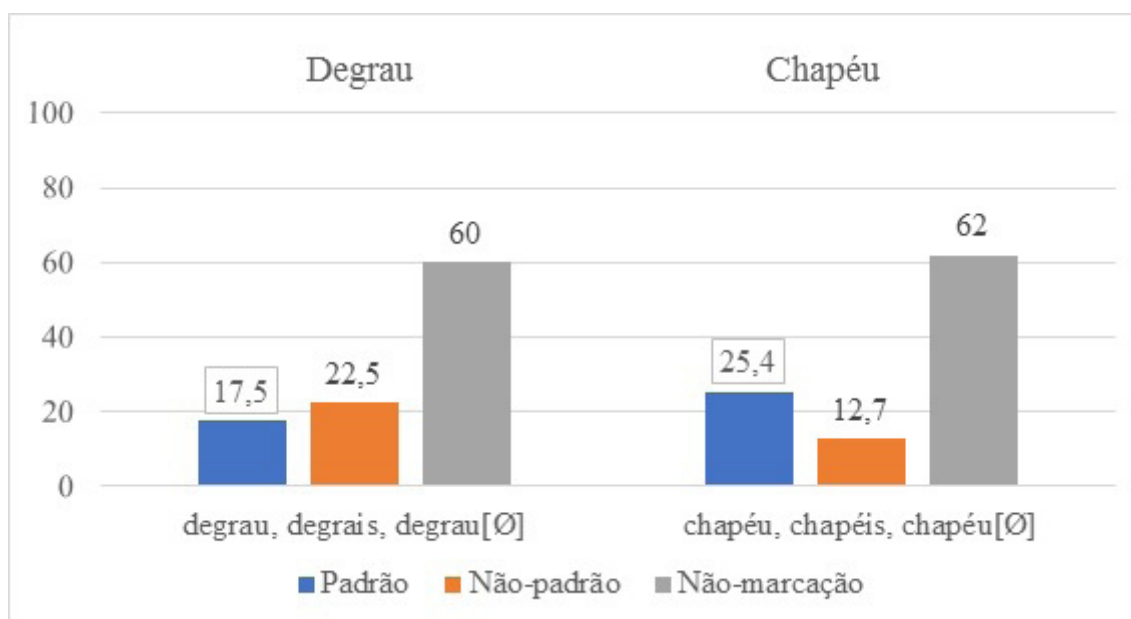
Padrão	Não-padrão	Não-marcação	Total
32 21,2 %	27 17,9%	92 60,9%	151 100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observando os percentuais, temos que os itens terminados em ditongo oral, como *degrau* e *chapéu*, favorecem a aplicação da regra de concordância em 21,2%, com 32 ocorrências, e apresentam-se como inibidores dessa aplicação com 17,9%, em 27 ocorrências *não-padrão*, e com 60,9%, em 92 ocorrências de *não-marcação*. A frequência alta de dados de zero morfológico evidencia uma tendência já observada no português brasileiro: a marca de plural tende a ocorrer apenas no primeiro elemento do SN, isso porque os informantes, em sua maioria, empregam o item nominal formado por dois elementos e, por sua vez, marcam o plural na primeira posição do sintagma, como em *seis degrau*[Ø], *dois chapéu*[Ø]. A esse respeito, Scherre (1998a, p. 92) afirma que “a primeira posição do SN é o fator que mais favorece a inserção de marca de plural, ocorrendo uma queda brusca em relação às demais posições, as quais tendem a desfavorecer de forma decrescente a presença da marca formal de plural no SN”. O exemplo “*seis degrau de cada lado*”, extraído do nosso *corpus*, evidencia essa tendência.

O resultado de nossa amostra, que abarca dados de falantes da Região Nordeste, ratifica a observação de Marroquim (1996), na obra *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco* que registra, como vimos, que “o número, no dialeto nordestino, é indicado apenas pelo determinativo. O substantivo e o adjetivo qualificativo, quer estejam no singular, quer no plural, conservam forma invariável que é a do singular, com as transformações da fonética dialetal.” (MARROQUIM, 1996, p. 80). No Gráfico 1, a seguir, é possível vermos o registro de 22,5% para *degrais* e 12,7% para *chapéis*, formas *não-padrão*, e de 60% para *degrau*[Ø] e 62% para *chapéu* [Ø], formas não-marcadas.

Gráfico 1 - Distribuição dos itens *degrau* e *chapéu*, em percentual.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Passemos agora para a apresentação da Tabela 2, que traz a distribuição da concordância nominal em nossa amostra, para cada localidade investigada.

Tabela 2 - Frequência dos itens *degrau* e *chapéu*, de acordo com a localidade.

Localidades	Padrão		Não-padrão		Não-marcação		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Maranhão								
Alto Parnaíba	0	0	0	0	5	100	5	3,3
Araíoses	1	14,3	1	14,3	5	71,4	7	4,6
Bacabal	0	0	1	12,5	7	87,5	8	5,3
Balsas	0	0	0	0	5	100	5	3,3
Brejo	0	0	4	66,7	2	33,3	6	4,0
Carolina	2	28,6	0	0	5	71,4	7	4,6
Carutapera	0	0	1	14,3	6	85,7	7	4,6
Caxias	2	25	0	0	6	75	8	5,3
Codó	1	12,5	3	37,5	4	50	8	5,3
Imperatriz	3	37,5	1	12,5	4	50	8	5,3
Pinheiro	0	0	0	0	8	100	8	5,3
Raposa	0	0	1	14,3	6	85,7	7	4,6
São João dos Patos	1	14,3	2	28,6	4	57,1	7	4,6
São Luís	8	50	6	37,5	2	12,5	16	10,6
Turiçu	1	25	1	25	2	50	4	2,6
Tuntum	2	25	0	0	6	75	8	5,3
Sergipe								
Aracaju	8	50	2	12,5	6	37,5	16	10,6
Estância (080)	1	12,5	4	50	3	37,5	8	5,3
Propriá (078)	2	25	0	0	6	75	8	5,3
Total	32	21,2	27	17,9	92	60,9	151	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 2 apresenta a distribuição da variação diatópica, considerando as 19 localidades analisadas e, como podemos observar, há uma prevalência da forma *não-marcada* na maioria das localidades do interior e um predomínio da forma *padrão* nas capitais maranhense e sergipana. A análise dessa distribuição diatópica permite-nos observar que:

- i) No Maranhão, há predomínio da forma *não-marcada* em 11 localidades, sendo Alto Parnaíba e Balsas com uso categórico. Brejo, Codó, Imperatriz e Turiaçu apresentam percentual variando entre 33,3% e 50%. Apenas a capital, São Luís, desfavoreceu o uso, ao indicar percentual de 12,5%. Já a forma *não-padrão*, destaca-se em Brejo, com 66%, seguida de São Luís e Codó, com 37,5% cada.
- ii) Em Sergipe, há predomínio da forma *não-marcada* apenas em Propriá, com 75%. Estância destacou-se com uso de 50% para a forma *não-padrão*, enquanto a capital, Aracaju, destacou-se para a forma *padrão*, também com 50% dos dados.
- iii) As capitais registram o mesmo comportamento linguístico quanto à seleção da forma *padrão*, ambas com 50%. Contudo têm diferentes comportamentos quanto às demais variantes: São Luís tem como segunda opção a forma *não-padrão* enquanto Aracaju opta pela *não-marcação*. Uma rodada, em separado, apenas com a amostra das capitais, melhor evidenciou esses usos, já que nos permitiu um paralelo com os informantes mais escolarizados.

Vejamos agora o fenômeno da concordância nominal, nas dimensões diageracional, diassexual e diastrática, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Frequência dos itens *degrau* e *chapéu*, de acordo com as variáveis sociais.

Variáveis	Padrão		Não-padrão		Não-marcação		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Faixa etária								
Jovens	16	20	20	25	44	55	80	53
Idosos	16	22,5	7	9,9	48	67,6	71	47
Sexo								
Mulheres	21	27,6	13	17,1	42	55,3	76	50,3
Homens	11	14,7	14	18,7	50	66,7	75	49,7
Escolaridade								
Fundamental	19	14,1	24	17,8	92	68,1	135	89,4
Universitária	13	81,2	3	18,8	0	0	16	10,6
Total	32	21,2	27	17,9	92	60,9	151	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

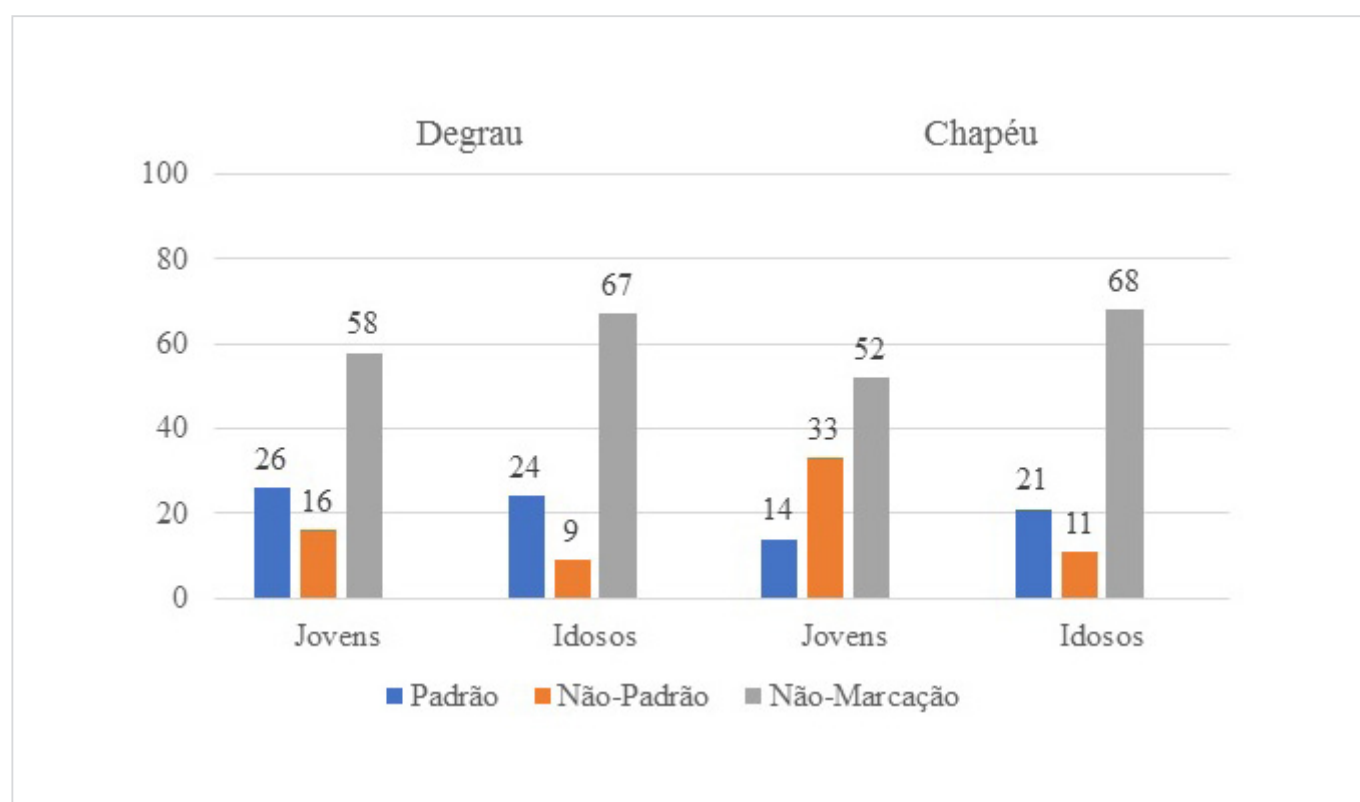
De acordo com a Tabela 3, o cômputo geral dos dados não mostrou grande diferença entre as duas faixas etárias quanto à forma *padrão*, com 20% e 22,5%. As formas *não-padrão*, com 25% e 9,9%, e a *não-marcação*, com 55% e 67,6%, evidenciam uma diferença percentual entre jovens e idosos. Apesar da diferença de doze pontos percentuais, indicando uma leve preferência pela *não-marcação* entre os mais idosos, parece-nos que os mais jovens também seguem a tendência observada no PB.

Com relação à variação diasssexual, as formas aqui analisadas não apresentam grandes diferenças no cômputo geral. A preferência continua sendo pela forma *não-marcada*, tanto para mulheres quanto para homens, com 55,3% e 66,7%, respectivamente. Contudo, é possível perceber algumas nuances: a forma *padrão* se destaca na fala das mulheres, com percentual de 27,6%, enquanto as formas *não-padrão* e *não-marcada* são, percentualmente, mais favorecidas na fala dos homens, com 18,7% e 66,7%, respectivamente.

A variação diastrática, por sua vez, já nos sinaliza ser um dos fatores que possivelmente explica os usos registrados na amostra. Entre os falantes com menor nível de escolaridade, o maior percentual registrado é computado nas formas *não-marcadas*, com 68,1%. Já entre os falantes com maior escolaridade, registramos um percentual de 81,2% para a forma *padrão*. Em termos percentuais, em que a diferença chega em torno de 67,1%, vemos uma possível polarização linguística do fenômeno da concordância no interior do SN: quanto maior a escolaridade, maior o uso da regra de concordância e quanto menor a escolaridade, menor sua aplicação.

Apresentaremos, a seguir, os gráficos gerados para cada um dos itens nominiais analisados, de acordo com as variáveis sociais aqui já citadas. Vejamos o Gráfico 2, que traz a distribuição pelo viés da faixa etária.

Gráfico 2 - Distribuição dos itens *degrau* e *chapéu*, de acordo com a faixa etária.



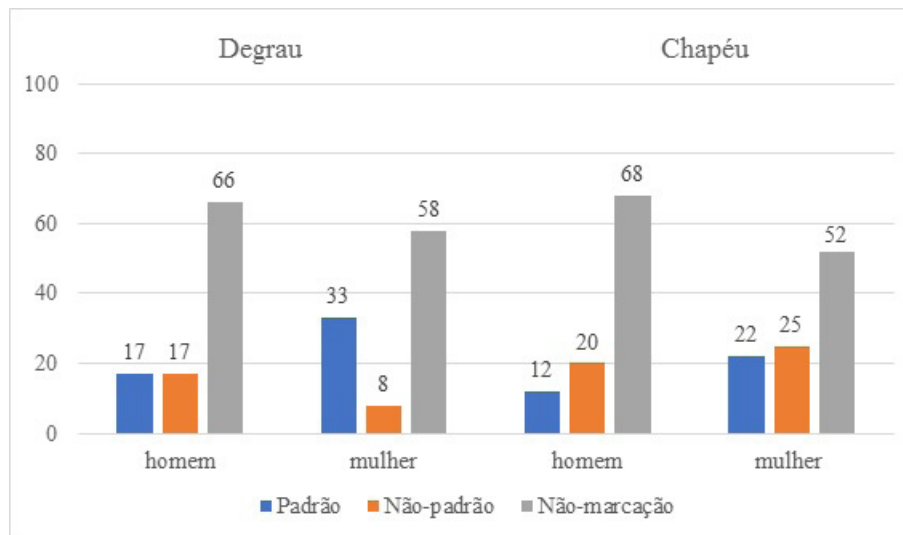
Fonte: Elaborado pelos autores.

Vemos, pelos resultados do Gráfico 2, que o item *degrau* é mais recorrente na fala dos mais jovens, com 26%, se comparado com o item *chapéu*, que se apresenta com percentual de 14%. Já entre os mais idosos, a forma *padrão* manteve-se com usos próximos, 24% e 21%.

Em relação à forma *não-padrão*, com percentual de 16% para *degrais* e de 33% para *chapéis*, a variação é ainda mais nítida na fala dos mais jovens, se comparado com a fala dos mais idosos, com percentuais de 9% e 11%.

As formas *não-marcadas* mantiveram os percentuais próximos aos encontrados no cômputo geral, como visto na Tabela 3, ratificando um índice mais frequente de *degrau[Ø]* e *chapéu[Ø]* na fala dos idosos, com percentuais de 67% e 68%. Comparativamente, os dados percentuais do Gráfico 2 indicam que os mais jovens têm índices mais elevados para a forma *não-padrão*, enquanto os mais idosos optam pela *não-marcação*. Já a forma *padrão* não revela grandes diferenças diageracionais.

Gráfico 3 - Distribuição dos itens *degrau* e *chapéu*, de acordo com o sexo.

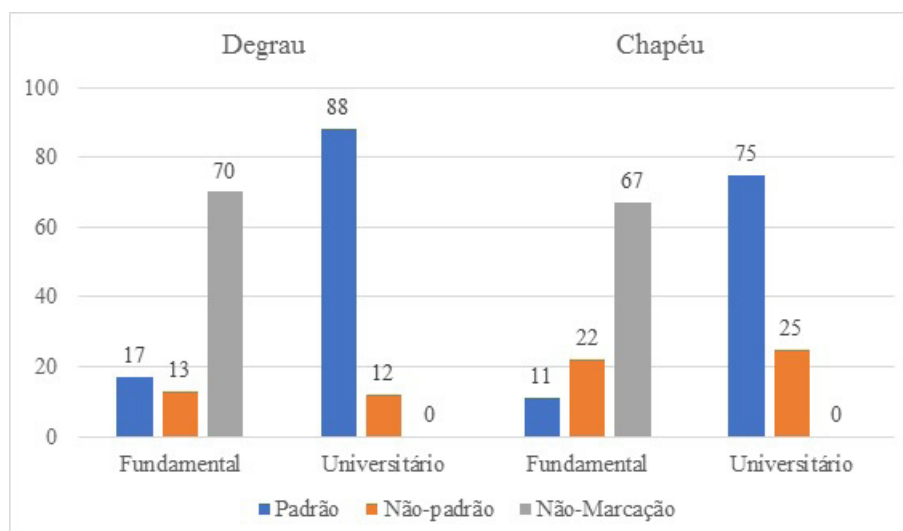


Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados do Gráfico 3 e os apresentados na Tabela 3 coadunam-se, não apresentando diferenças quanto ao perfil diasssexual dos informantes. Manteve-se a observação quanto ao alto índice das formas *não-marcadas*, apesar de ser possível notarmos uma leve tendência desse uso pelos homens, com percentual de 66% e 68%. Também foi ratificada a preferência dos homens pelas formas *não-padrão*, com percentuais entre 17% e 20%, contudo chama atenção o percentual de 25% de *chapéis* na fala das mulheres. Recorrendo à amostra, observamos que das dez ocorrências de *chapéis*, oito estão registradas na fala de mulheres com menor escolaridade, fato que justificaria o uso da forma *não-padrão*. Quanto à forma *padrão*, esta apresenta-se recorrente na fala das mulheres, com percentual de 33% e 22%, índice relativamente alto se comparado ao dos homens, que têm o menor percentual para o uso dessa forma.

Pelos percentuais apresentados na Tabela 3 e no Gráfico 3, não nos resta dúvida de que nossos resultados vão ao encontro de diversos trabalhos sobre variação linguística que têm demonstrado que as mulheres são mais propensas ao emprego da forma *padrão* ou mais socialmente prestigiada. É o caso da pesquisa realizada por Scherre (1998b) que aponta o sexo como a segunda variável que melhor explica a aplicação da regra variável, ao indicar que as mulheres fazem mais concordância nominal que os homens. A primeira variável é a escolaridade, e o Gráfico 4 traz os resultados dessa variável, em nossa amostra.

Gráfico 4 - Distribuição dos itens *degrau* e *chapéu*, de acordo com a escolaridade.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O paralelo entre informantes de nível universitário e os de ensino fundamental evidenciou a tendência apontada para a variação da concordância nominal: quanto mais anos de escolarização, maior a probabilidade de uso da forma *padrão*, o que evidencia a Carta Linguística M01E do ALiB, acerca do plural de *degrau* nas capitais. Registramos percentual de 88% e 75% para *degrau* e *chapéu* entre os universitários que, por sua vez, se apresentaram como inibidores da forma *não-marcada*, não tendo apresentado nenhuma ocorrência para esta variante. Ainda neste grupo, temos o percentual de 12% e 25% para a forma *não-padrão*, sendo *degrais* de ocorrência única e *chapéis* com dois registros na amostra.

Já entre os informantes com ensino fundamental, obtivemos uma maior variedade de usos, com destaque para a forma *não-marcada* que manteve alto índice, com percentuais de 88% e 75%, seguida da forma *não-padrão*, com percentuais de 13% e 22% e, por fim, da forma *padrão* com 17% e 11%.

Para confirmar as tendências acima, fizemos uma rodada em separado, nas capitais, tendo como regra de aplicação as ocorrências das formas *padrão* em oposição às da *não-padrão*: constatamos que a escolarização é, de fato, a variável mais relevante para explicar o fenômeno, uma vez que foi o primeiro e único grupo selecionado pelo programa GoldVarbX, com peso relativo de 0,65 para os de nível universitário e de 0,21 para os de nível de escolaridade fundamental.

CONCLUSÃO

Buscamos com esta pesquisa ampliar os conhecimentos acerca do fenômeno da concordância nominal, no português falado nas localidades que compõem a rede de pontos do ALiMA, em que se situam os dados do Maranhão; e do ALiB, em que se situam os dados de Sergipe. Constatamos que, dentre os fatores sociais analisados, o que mais se destaca é a *escolaridade* do falante. De modo mais específico, podemos sumarizar os efeitos deste e dos demais grupos de fatores da maneira que segue:

- i) Em termos geográficos, observamos uma tendência pela forma não-marcada, que teve seu uso registrado em torno de 60,9%, com nítida preferência entre os falantes maranhenses. Tendo em vista que o *corpus* da pesquisa é formado, majoritariamente, por SN constituído por dois elementos – *dois degrau*[Ø], *três chapéu*[Ø] –, é possível afirmar que o princípio da economia linguística está prevalecendo, ou seja, há uma tendência a eliminar a redundância característica da flexão nominal do português. Por sua vez, as capitais São Luís e Aracaju destacam-se pela manutenção da concordância, ambas com 50%, comportamento explicado pela correlação do fator escolaridade.
- ii) Com relação à faixa etária, ficou evidenciado, por um lado, que essa variável não é tão significativa para o entendimento do fenômeno e, por outro, que a preferência pela forma *não-marcada* se manifesta nas duas faixas de idade. É interessante pontuar que verificamos um uso variável entre 16% e 33% da forma *não-padrão* entre os mais jovens, enquanto os mais idosos estão com uso variando entre 9% e 11% (cf. Gráfico 2). Apesar da pouca influência, os resultados relativos à faixa etária podem apontar tendências futuras das variações e mudanças na língua, o que instiga a análise da influência da variável idade, já que os mais jovens têm como opções mais recorrentes as formas *não-marcada* e *não-padrão*.
- iii) A variável sexo também não se mostrou um fator condicionante para a variação. A forma *não-marcada* é registrada na fala de mulheres e homens, com percentuais de 55,3% e 66,7%. Já os dados da forma *padrão*, da ordem de 27,6%, mostram as mulheres mais propensas à aplicação da regra de concordância. Esse resultado, se comparado com os altos índices de forma *padrão* nas capitais, em que se incluem os informantes de nível universitário, nos dá indicações de que o processo de escolarização está atuando mais fortemente sobre as mulheres, que se revelam mais receptivas à atuação normativa da escola.

- iv) A variável diastrática, analisada pelo viés da escolaridade, revela-se de atuação significativa. Entre os de nível universitário, os percentuais de 88% e 75% confirmam que a aplicação da regra é mais elevada, enquanto os falantes de escolaridade fundamental desfavorecem esse uso. Essa configuração é confirmada também, em termos de pesos relativos, com uma rodada em separado com os dados das capitais São Luís e Aracaju, que apontou os mais escolarizados, com peso relativo de 0,65 (range 44), ou seja, quanto mais anos de escolarização, mais concordância.

Finalmente, cabe ressaltar que os resultados deste estudo complementam e, em certa medida, ratificam resultados de outros trabalhos sobre a concordância nominal de número, constituindo, dessa forma, mais uma contribuição para o mapeamento do PB, em especial no que diz respeito à realidade do falar maranhense e do sergipano.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Casa Editora “O Livro”, 1920.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva; MOTA, Jacyra Andrade; AGUILERA, Vanderci de Andrade; ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; ISQUERDO, Aparecida Negri; RAZKY, Abdelhak; MARGOTTI, Felício Wessling. *Atlas linguístico do Brasil*. Londrina: Eduel, 2014. v. 2.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O português do Brasil. In: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; Mendes, Amália (org.). *Gramática do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. v. 1, p. 143-154.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a. p. 85-117.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal. In: OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b. p. 239-264.
- VEADO, Rosa Maria Assis. *O comportamento linguístico do dialeto rural - MG*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.